



Prezados Acionistas e demais interessados

Promover uma gestão profissional, focada em resultados e que garanta o aproveitamento das muitas oportunidades do competitivo mercado farmacêutico. Identificar novas possibilidades na diversificação dos negócios e garantir as bases necessárias para o crescimento sustentável da empresa, com foco em resultados, qualidade e produtividade. Este foi o foco principal da administração da União Química Nacional ao longo de 2013 e os expressivos resultados financeiros obtidos no último período. Detalhados nas páginas a seguir, os resultados demonstram que a estratégia adotada pela empresa vem, de fato, permitindo-lhe avançar consistentemente em seus objetivos de crescimento. No último ano, a União Química cresceu 23% em relação a 2012, registrando receita bruta de R\$ 702 milhões. Este crescimento veio acompanhado de um incremento de 34% no lucro líquido da empresa.

Trata-se de um resultado financeiro superior ao próprio crescimento registrado pelo mercado farmacêutico no período, que ficou em torno de 16%, e ultrapassou, inclusive a meta estabelecida pelo Projeto 20-16. Plano Estratégico da União Química cuja denominação faz referência direta ao estabelecimento da meta de crescimento de 20% ao ano no faturamento bruto da empresa até 2016. Lançado no final de 2011, além de fixar metas e o objetivo maior de crescimento para a empresa, este Projeto tem direcionado todo o processo de transformação da organização conduzido ao longo dos dois últimos anos, buscando reposicioná-la dentro das mais modernas estruturas administrativas e comerciais.

Trata-se de um processo inédito nestes 77 anos de existência da empresa e que abrange unidades de negócios, unidades fabris, áreas administrativas e de suporte e a própria Liderança. Um trabalho que envolve o mapeamento e reformulação de seus processos internos e externos, a aquisição de novas e modernas ferramentas tecnológicas e um criterioso trabalho de inteligência de Marketing, com vistas à identificação de novos mercados e/ou segmentos da área farmacêutica com maior rentabilidade e até mesmo nichos inexplorados pela Companhia.

Em linha com esta proposta focada em resultados, eficiência e qualidade, ao longo de 2013, a União Química aumentou sua capacidade produtiva em 18%, efetuou 34 lançamentos, redirecionou sua atuação junto a canais de venda, ampliou seu market-share, investiu no estabelecimento de novas parcerias e ainda gerou 450 novos postos de trabalho, encerrando ano com 2.453 colaboradores em seus quadros.

Fiel ao perfil pioneiro que sempre marcou sua trajetória, também se lançou em um novo segmento de mercado ao adquirir a empresa Bthek Biotecnologia, especializada no controle de pragas agrícolas. É, portanto, com grande satisfação, que a Administração da União Química Farmacêutica Nacional S/A, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresenta para análise e apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas com o parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Conjuntura de Mercado e Estratégias

O mercado farmacêutico seguiu aquecido em 2013. As indústrias farmacêuticas no Brasil obtiveram receita bruta de R\$ 57,6 bilhões no período, uma alta de 16% sobre o ano anterior, superando as próprias expectativas do setor e mantendo-se acima do desempenho de mercados desenvolvidos. Não por acaso, o Brasil já ocupa a 6ª posição no ranking mundial do mercado farmacêutico.

Os indicadores de desempenho do Mercado Farmacêutico Total (MFT) no longo prazo, a taxa de crescimento da demanda em 2013 em relação a 2012 foi de 11,7%. O mais interessante é que os resultados positivos do setor vêm se mantendo nos últimos anos, apesar de problemas críticos inerentes ao País, como as pesadas cargas tributárias, juros altos, problemas de infraestrutura, como precariedade da malha viária e aérea, falsificação de medicamentos, etc. Trata-se, portanto, de um dos mais complexos e competitivos mercados da atualidade, onde desafios comuns ao mundo corporativo, como a busca contínua da excelência de produtos e processos, agilidade e efetividade em distribuição e no atendimento aos clientes, assim como a redução dos custos, ganham dimensões ainda maiores. Ao crescer acima dos índices do mercado nos últimos dois anos, a União Química demonstra estar cada vez mais sólida e competitiva.

Resultados Econômico-Financeiros

O resultado financeiro da União Química vem apresentando melhora a cada ano. A Receita Bruta em 2013, no montante de R\$ 702 milhões, foi superior em 23% se comparado ao ano anterior e a Margem Bruta atingiu R\$ 325 milhões.



O Lucro Operacional apresentou resultado de R\$ 77 milhões, com crescimento de 19% superior ao ano anterior. O Lucro Líquido apurado ficou em R\$ 43 milhões, com crescimento de 34% superior ao do ano anterior.



O Ebitda apresentou resultado de R\$ 89 milhões, com crescimento de 19% sobre o ano anterior. A seguir, demonstramos a evolução da Capacidade de Geração de Caixa medida pelo EBITDA.

Relatório da Administração



É importante destacar que a área Administrativa e Financeira, que tem o papel fundamental de manter o equilíbrio financeiro da empresa, tem focado sua atuação através investimentos significativos na aquisição de ferramentas tecnológicas atuais e altamente eficazes, a fim de garantir informações gerenciais ágeis e precisas dentro de uma conduta ética e legal.

O trabalho preciso desta área foi fundamental para assegurar que todos os projetos e investimentos fossem realizados sem que a empresa assumisse dívidas acima de sua capacidade de pagamento, garantindo aos acionistas um retorno adequado do capital investido.

Desempenho Operacional

O polo industrial da União Química possui três unidades fabris responsáveis pela produção de medicamentos, que somam aproximadamente 300 mil m², com um total de 78 mil m² de área construída. As fábricas de Brasília (DF) e Pouso Alegre (MG) atendem a Divisão de Saúde Humana, e a unidade de Embu Guaçu (SP) é exclusivamente dedicada à produção de medicamentos para a Divisão de Saúde Animal. Cada unidade industrial é dedicada a tipos específicos de produção. Assim a unidade de Brasília é dedicada a produção de sólidos orais (pós, comprimidos, comprimidos revestidos e drágeas); líquidos orais (xaropes e suspensões), gotas orais e soluções de uso tópico e semissólidos cremes, pomadas e géis. A capacidade instalada é de 192 milhões de unidades/ano. Pouso Alegre é uma das maiores e mais modernas plantas de produção de medicamentos hormonais e produz também mais de 36 milhões de ampolas de líquidos injetáveis anualmente. Sua área útil construída foi ampliada em 30% em 2013 para produção de produtos de origem biológica.

Em fevereiro de 2013, a União Química adquiriu a totalidade das cotas da empresa Bthek, localizada no Polo Industrial JK no Distrito Federal, que atua no segmento de produtos biológicos e para controle de pragas. No município de Taboão da Serra, na Grande São Paulo, mantém a unidade destinada à produção de embalagens, cartuchos, rótulos, rótulos adesivos, bulas e materiais promocionais de uso próprio.

A União Química investiu R\$ 41 milhões em suas unidades industriais em 2013, destinados a compra de equipamentos e obras de infraestrutura além de investimentos na área de informática. Este valor foi bem superior aos R\$ 22 milhões em investimentos efetuados em 2012. Estes aportes foram direcionados para aquisição de novos equipamentos industriais, ao desenvolvimento tecnológico e logístico, para a diversificação e ampliação do parque fabril, de forma a preparar as unidades para atender a demanda atual, bem como para o crescimento orgânico e aos lançamentos de novos medicamentos em diversas classes terapêuticas, mantendo alto padrão de excelência quanto às normas nacionais e internacionais de produção de medicamentos.

O mais importante é que estes investimentos trouxeram resultados imediatos. A União Química registrou, em 2013, crescimento de 13% na produção de medicamentos em relação ao período anterior.

Estrutura de Negócios Competitiva

A União Química está estruturada em dois segmentos de negócios: Saúde Humana, composta por sete unidades de negócio – Hospitalar, Órgãos Públicos, Andromed (MIPs), Farma/Genéricos, Genom (Propaganda Médica) Oftalmologia, Genom DOR/Sistema Nervoso Central e Genom Ginecologia e Obstetrícia e Saúde Animal, formada pelas linhas de Grandes Animais, Tecnopec e Pequenos Animais.

Os projetos em curso demonstram a participação da empresa em modernas linhas de pesquisa, com uma forte atuação em diferentes vertentes da Biotecnologia, desde o tratamento de doenças de alto risco (proteínas extraídas de glândulas salivares do carapato para tratamento de carcinoma e plataforma de Angiotensina extraída da enzima para tratamento de hipertensão e pré-eclâmpsia) até produtos voltados para saúde animal (hormônio com tecnologia de DNA para aumento de lactação de vaca, dispositivo intravaginal para inseminação).

Atualmente, a União Química possui parcerias sólidas nesta área com várias instituições, como o Instituto Butantan, IPT, Universidade UFMG e Universidade PUC-RS, além de parceiros internacionais. Essa aliança só reforça ainda mais a busca por inovação, impulsionando o crescimento da indústria na produção de drogas extremamente sofisticadas e de alta complexidade.

E nesta busca de crescimento através da inovação, a Companhia uniu-se, inclusive, a outros três grandes grupos farmacêuticos nacionais – ACHÉ, EMS e HIPERMARCAS – na formação da Bioinovis, empresa dedicada exclusivamente ao desenvolvimento de produtos biológicos com foco em anticânceros monoclonais.

Trata-se de um segmento que movimenta cerca de US\$160 bilhões anuais e cresce em média 12% ao ano, acima da taxa anual de 2% a 3% dos medicamentos considerados tradicionais.

Novo Segmento de Negócios

Em linha com o seu posicionamento cada vez mais focado na área de Biotecnologia, a União Química adquiriu, em 2012, a Bthek Biotecnologia, empresa criada em 1999, focada no desenvolvimento de produtos biológicos capazes de controlar a proliferação de mosquitos vetores. Com base em pesquisas desenvolvidas, em parceria com a Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia e o Instituto de Pesquisa Tecnológica, conseguiu produzir em

escala industrial inseticidas biológicos. Assim, seus produtos são desenvolvidos de forma que não sejam nocivos ao meio ambiente, às pessoas e aos animais. Todo o controle é feito com métodos recomendados pela Organização Mundial da Saúde – OMS.

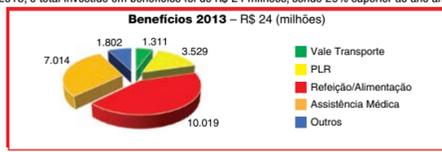
Em seu portfólio, a Bthek oferece o Bt-Horus e Sphaerus, que têm como especialidade matar larvas de borracho e pernilongo. Os produtos controlam as pragas matando as larvas, porém, são perfeitamente associados a outros métodos de controle. Para 2014 está previsto o lançamento do BST, também voltado ao controle de pragas.

Compromisso com as Pessoas

A União Química terminou o ano de 2013 com 2.453 colaboradores em seus quadros. Destes total, 450 novas contratações foram realizadas em 2013, o que representa 24% de incremento na mão-de-obra em relação a 2012. Estas pessoas são a força motriz do sucesso da União Química e a empresa cultiva valores humanos sólidos na interação com suas equipes. Mais do que um conceito, estes valores são colocados em prática diariamente, mediante a adoção de uma postura correta e transparente para com os colaboradores.

Nesse contexto, a União Química oferece vários benefícios a seus empregados e familiares, justamente por entender que estes também são uma extensão da empresa e influenciam, ainda que indiretamente, o ambiente de trabalho. Destaque, por exemplo, para o “Centro de Desenvolvimento Infantil (CDI) União, Vida e Arte”, creche direcionada aos filhos dos colaboradores da Unidade de Brasília. Projetada por Ruy Ohtake, um dos mais consagrados arquitetos brasileiros e que também é autor do projeto da fábrica de Brasília, a União Química oferece o que há de melhor no mercado neste segmento de atuação, não apenas em termos de instalações mas também quanto à equipe pedagógica. Outra iniciativa de grande sucesso são os ambulatórios odontológicos mantidos nas Unidades Fabris, que permitem o atendimento ágil e de qualidade aos colaboradores.

No ano de 2013, o total investido em benefícios foi de R\$ 24 milhões, sendo 29% superior ao ano anterior.



Responsável pelo estabelecimento de uma boa relação entre a empresa e seus colaboradores, o Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), implantado em 2012, passou por alterações em 2013 a fim de trazer o resultado de cada colaborador como parte do resultado total da empresa.

Sustentabilidade

A União Química adota uma postura pró-ativa em relação à sustentabilidade, trabalhando com a visão de desenvolver ações que tragam benefícios a todos, sem comprometer os recursos naturais para as gerações que virão. Dentro deste princípio, a Companhia desenvolve o Projeto de Sustentabilidade Ambiental, que toma como base o Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que segue padrões legais baseados pelos órgãos ambientais e agência de vigilância sanitária, buscando sempre atingir os melhores resultados e garantindo assim, qualidade em seus indicadores ambientais.

A interface da empresa com os órgãos ambientais e a comunidade é de grande importância pois, recebe visitas de universidades, escolas, órgãos fiscalizadores e da comunidade como um todo, servindo muitas vezes de exemplo para estudos e para boas práticas de produção a outras companhias.

A Sustentabilidade Ambiental que a União Química vem almejando ao longo deste tempo é o resultado de colaboradores treinados, gestores comprometidos e aplicabilidade das leis ambientais, formando uma companhia que procura seguir em sintonia com o meio ambiente e a comunidade local.

Algumas ações que podemos listar como sustentáveis em nossa indústria são: tratamento de efluentes industriais por meio de fertirrigação ou seja economia de água para irrigação; controle de emissões atmosféricas contribuindo para redução de poluição ambiental e mudanças climáticas; tratamento dos resíduos sólidos promovendo a cogeração de energia e o atendimento às licenças ambientais e exigências dos órgãos fiscalizadores.

Além de adotar todas as iniciativas necessárias à proteção ambiental, a União Química desenvolve um trabalho de educação permanente junto a seus funcionários voltado à conscientização para a preservação dos recursos naturais e de não poluição, tanto no âmbito profissional como pessoal. Para isso, além de campanhas pontuais, a União Química mantém uma editoria permanente no jornal Conexão, publicação bimestral dirigida aos colaboradores da empresa e familiares, que traz matérias educativas relacionadas a atitudes construtivas que podem fazer toda a diferença na preservação ambiental.

No aspecto social, a União Química apoia programas sociais voltados para o futuro da comunidade, que contribuem para a disseminação de valores educativos e a melhoria das condições sociais e de saúde, além de promover a inclusão social. A União Química também realiza ações pontuais de caráter social, que incluem a doação de medicamentos para entidades, hospitais, instituições e pessoas carentes.

Agradecimentos

Os resultados positivos obtidos no exercício 2013 e exibidos neste Relatório são fruto da tenacidade de uma empresa fiel aos valores éticos de seu fundador, João Marques, que há 77 anos teve a visão de construir um empreendimento que proporcionasse saúde e bem-estar à população, mantendo-se constantemente em rota de aprimoramento e construindo diariamente uma marca de confiança.

Nesta trajetória, nossos agradecimentos aos nossos clientes pela credibilidade depositada na marca União Química, aos acionistas por confiarem na estratégia de crescimento da Companhia, aos fornecedores pela parceria demonstrada em nossas relações e, em especial, aos nossos colaboradores pelo comprometimento, excelência no trabalho realizado e incentivo no cumprimento das metas para o exercício de 2013. Contamos com a continuidade deste apoio para a execução dos nossos objetivos de crescimento sustentável, sempre pautado na ética, no trabalho de alto rigor profissional e na manutenção dos mais elevados padrões de qualidade e eficiência. São Paulo, 13 de março de 2014.

Atenciosamente,
A Administração

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	Notas	Controladora		Consolidado
		2013	2012	2013		2013	2012	2013
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.434	34.654	7.469	15	18.642	16.181	18.650
Títulos e valores mobiliários	5	4.587	2.616	4.587	15	13.156	8.430	13.156
Contas a receber de clientes	6	188.404	151.425	188.484	16	57.773	45.334	58.373
Estoque	7	110.254	91.260	110.436	17	32.520	27.335	32.551
Impostos e contribuições a recuperar		4.287	7.093	4.287		1.527	–	1.529
Outras contas a receber	8	5.203	12.281	5.203	21.5	2.315	1.797	2.315
Despesas do exercício seguinte		3.747	1.437	3.747		3.283	3.387	3.283
		323.916	300.766	324.213		129.216	100.464	129.857
Não circulante								
Partes relacionadas	9	13.919	13.312	12.999	16	100.763	117.889	100.763
Crédito a receber	10	3.584	3.584	3.584	9	19.665	12.208	19.665
Impostos diferidos	19.2	2.231	681	2.231	20	9.567	7.923	9.567
Títulos e valores mobiliários	5	7.473	6.605	7.473	18	1.036	3.480	1.036
Impostos a recuperar		1.949	1.584	1.949	17	64.373	50.599	64.373
Depósitos judiciais	20	6.351	5.084	6.351		1.232	–	1.232
Despesas do exercício seguinte		1.455	–	1.455		197.000	192.099	197.000
Investimentos	11	6.517	1.975	737		–	–	–
Imobilizado	12	216.860	185.678	223.118	21.1	198.288	198.288	198.288
Intangível	13	48.929	49.039	49.715		1.680	1.680	1.680
Diferido		309.268	268.319	309.612		–	–	–
Total do ativo		633.184	569.085	633.825		306.968	276.522	306.968
Passivo								
Circulante								
Fornecedores nacionais	15	18.642	16.181	18.650		–	–	–
Fornecedores do exterior	15	13.156	8.430	13.156		–	–	–
Empréstimos e financiamentos	16	57.773	45.334	58.373		–	–	–
Obrigações trabalhistas e tributárias	17	32.520	27.335	32.551		–	–	–
Imposto de renda e contribuição social		1.527	–	1.529		–	–	–
Dividendos e juros sobre o capital próprio	21.5	2.315	1.797	2.315		–	–	–
Outras contas a pagar		3.283	3.387	3.283		–	–	–
		129.216	100.464	129.857		–	–	–
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	16	100.763	117.889	100.763		–	–	–
Partes relacionadas	9	19.665	12.208	19.665		–	–	–
Provisão para demandas judiciais	20	9.567	7.923	9.567		–	–	–
Receita diferida	18	1.036	3.480	1.036		–	–	–
Obrigações trabalhistas e tributárias	17	64.373	50.599	64.373		–	–	–
Outras contas a pagar		1.232	–	1.232		–	–	–
		197.000	192.099	197.000		–	–	–
Patrimônio líquido								
Capital líquido	21.1	198.288	198.288	198.288		–	–	–
Reserva de capital		1.680	1.680	1.680		–	–	–
Reserva legal	21.3	5.736	3.705	5.736		–	–	–
Reserva de lucro		96.753	60.477	96.753		–	–	–
Reserva de incentivos fiscais	21.4	4.511	2.523	4.511		–	–	–
Adiantamento para futuro aumento de capital	21.2	–	9.849	–		–	–	–
		306.968	276.522	306.968		–	–	–
		633.184	569.085	633.825		–	–	–

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Notas	Capital social			Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de incentivos fiscais	Lucro acumulado	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
	Capital subscrito	Capital integralizar	Capital social							
Saldos em 31/12/2011										
Lucro líquido do exercício								31.729		31.729
Destinação do lucro líquido:										
Dividendos	21.5	–	–	–	–	–	–	(1.797)	–	(1.797)
Constituição de reservas		–	–	–	–	–	–	(29.932)	–	(29.932)
Saldos em 31/12/2012		198.512	(224)	198.288	1.680					

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos de desenvolvimento quando capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado. O *goodwill* é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O *goodwill* de aquisições de controladas é registrado no balanço individual da controladora como "investimentos" no grupo de investimentos e no balanço consolidado como "Ativo Intangível". O *goodwill* é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por impairment e testado anualmente, sendo que eventuais perdas por impairment sobre *goodwill* não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do *goodwill* relacionado com a entidade vendida. O *goodwill* é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de impairment. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o *goodwill* se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, uma vez que tenham vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada. **Arrendamento Mercantil:** Os arrendamentos mercantis de imobilizado nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). O imobilizado adquirido nos arrendamentos financeiros é representado pela frota de veículos da Companhia usada pelos representantes e funcionários e algumas máquinas e equipamentos, sendo depreciados pelas taxas definidas para o ativo imobilizado correspondente. O respectivo saldo devedor está registrado na rubrica "Empréstimos e financiamentos". Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos benefícios de propriedade ficam com o arrendatário são classificadas como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento. **Provisão para recuperação de ativos (impairment):** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o *goodwill*, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o *goodwill* mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o *goodwill*, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação das demonstrações financeiras. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos com taxas subsidiadas, desde que não sejam operações aplicáveis a qualquer empresa, estão ajustados a valor presente, considerando a taxa média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo e capitalizadas como um pagamento antecipado de serviços de liquidação e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona. **Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. O prazo médio de pagamento das contas a pagar a fornecedores é de 41 dias, prazo esse considerado como parte das condições comerciais normais e inerentes da Companhia, por esse motivo, não foi aplicado qualquer ajuste a valor presente. **Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro:** São calculados com base nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exatidão. Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias, na data do balanço, entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária. **Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos-futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **Contingências e outras provisões:** Contingências são obrigações ou passivos contingentes e outras provisões são obrigações ou passivos contingentes e outras provisões que não são reconhecidas somente no balanço patrimonial quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa: i) Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; ii) Obrigações legais: são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito. **Moeda funcional:** A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos em moedas estrangeiras foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes da conversão de moedas foram reconhecidas no resultado do exercício. **Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão (quando aplicável). Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros, conforme descrito na nota explicativa nº 27. **Benefícios a funcionários e dirigentes:** A Companhia não mantém planos de pensão, previdência privada, ou outros quaisquer benefícios para os funcionários e dirigentes após sua saída da Companhia.

3 Gestão de risco financeiro

3.1. Fatores de riscos financeiros: As atividades da Companhia expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia segue controle de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos deste controle, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. O controle de gerenciamento de risco da Companhia foi definido pela diretoria. Nos termos deste controle, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário estabelecer uma estratégia corporativa quanto ao uso de derivativos e o nível de flexibilidade financeira. (a) **Risco de mercado:** (i) **Risco com taxa de juros:** O risco associado é o maior da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento/recebimento antecipado das operações, ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. (ii) **Risco com taxa de câmbio:** O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas decorrente de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado. A exposição da Companhia, em 31 de dezembro de 2013, está relacionada ao empréstimo em moeda estrangeira, equivalente a US\$5.019 mil e € 248 mil (2012 - US\$5.266 mil e € 403 mil) e importações de matéria-prima e contratações de serviços nos montantes de US\$3.659 mil (2012 - US\$2.444 mil e € 225 mil), não existindo instrumentos contratados para proteger essa exposição nessas datas. (b) **Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado pela diretoria da Companhia. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, exposições de crédito de contas a receber em aberto e operações com partes relacionadas. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito dos clientes, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada, comportamento no mercado e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas definidas pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para os clientes são, geralmente, interrompidas quando há evidência de inadimplência. Para os demais clientes com histórico de inadimplências, a administração exige em alguns casos o recebimento antecipado. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes, exceto pela provisão para créditos de realização duvidosa, apresentada na nota explicativa nº 6. (c) **Risco de liquidez:** É o risco da Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas pela área de Tesouraria. **3.2. Gestão de risco de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com o objetivo de manter a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. A alavancagem financeira é decorrente basicamente das seguintes operações: (i) Operações de leasing financeiro (aquisição e renovação de frota de veículos e máquinas e equipamentos); (ii) Financiamento de importações; (iii) Contratação de capital de giro, sendo parte utilizada para aquisição de uma controlada, e; (iv) Operações FINAME (aquisição de máquinas e equipamentos com índice de nacionalização mínimo de 60%).

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	
Caixa e bancos	513	286	526
Fundos de investimentos em renda fixa	1	1	1
	514	287	527
Equivalentes de caixa			
Santander (i)	6.406	21.926	6.406
Banco Alfa (i)	-	1.052	-
Banco Bradesco (i)	150	166	150
Banco do Brasil (i)	-	11.173	22
Banco Itaú (i)	364	50	364
	6.920	34.367	6.942
	7.434	34.654	7.469

(i) As operações financeiras em CDB possuem remunerações médias em torno de 100% do CDI, liquidez imediata e sem perda quando do resgate. Compreendem valores em caixa ou equivalentes, aplicados em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, com ratings de crédito atribuídos pelas agências internacionais de rating, com alta liquidez, resgatáveis em qualquer momento sem perda efetiva.

4 Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	
Caixa e bancos	513	286	526
Fundos de investimentos em renda fixa	1	1	1
	514	287	527
Equivalentes de caixa			
Santander (i)	6.406	21.926	6.406
Banco Alfa (i)	-	1.052	-
Banco Bradesco (i)	150	166	150
Banco do Brasil (i)	-	11.173	22
Banco Itaú (i)	364	50	364
	6.920	34.367	6.942
	7.434	34.654	7.469

(i) As operações financeiras em CDB possuem remunerações médias em torno de 100% do CDI, liquidez imediata e sem perda quando do resgate. Compreendem valores em caixa ou equivalentes, aplicados em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, com ratings de crédito atribuídos pelas agências internacionais de rating, com alta liquidez, resgatáveis em qualquer momento sem perda efetiva.

5 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	
Banco Regional de Brasília	7.473	6.605	7.473
Banco do Brasil - Fundo de renda fixa	4.587	2.616	4.587
	12.060	9.221	12.060
Circulante	4.587	2.616	4.587
Não circulante	7.473	6.605	7.473

Conforme nota explicativa nº 16, a operação realizada com o Banco Regional de Brasília (BRB) consiste no financiamento de 70% do valor devido de ICMS decorrente das vendas realizadas via Brasília, ficando a Companhia responsável pelo pagamento dos 30% restantes. Como requerido no contrato firmado, como forma de garantia, foram adquiridos Certificados de Depósitos Bancários (CDB) de emissão do próprio Banco, no valor equivalente a 10% do montante de cada parcela liberada do crédito, que devem ser mantidos até o vencimento de cada parcela do referido financiamento, sendo utilizado em sua totalidade para amortização da dívida.

6 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	
Clientes nacionais	192.270	153.343	192.350
Clientes estrangeiros	1.095	77	1.095
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.961)	(1.995)	(4.961)
	188.404	151.425	188.484

A Companhia adota como procedimento, constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa de títulos junto a clientes privados acima de 180 dias e acima de 360 dias para clientes Governo. Em 31 de dezembro de 2013, estava incluído na rubrica de contas a receber de clientes o montante de R\$7.252, referente a saldos da parte relacionada F&F Distribuidora de Produtos Farmacêuticos Ltda., relativo a operações de venda de medicamentos realizadas em condições normais de mercado. **Movimentação de provisão para créditos de liquidação duvidosa:**

	2013	2012
Saldo em 31/12/2011	-	(7.395)
Provisão	-	(734)
Baixa (perda efetiva)	-	6.124
Saldo em 31/12/2012	-	(1.995)
Provisão	-	(2.966)
Saldo em 31/12/2013	-	(4.961)

Os vencimentos das contas a receber sintética estão apresentados a seguir:

	Controladora	Consolidado
	2013	2012
A vencer	166.103	130.929
Vencidos até 30 dias	12.881	9.756
Vencidos de 31 a 60 dias	4.551	2.845
Vencidos de 61 a 120 dias	4.168	1.412
Vencidos de 121 a 180 dias	475	6.566
Vencidos acima de 181 dias	5.187	1.912
	193.365	153.420

7 Estoques

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	
Produtos acabados	51.063	41.983	51.146
Produtos em processo	8.465	10.937	8.465
Matérias-primas	40.354	26.656	40.417
Matérias de embalagem	16.491	14.560	16.527
Outros	3.836	3.321	3.836
Material de manutenção e segurança	4.569	3.020	4.569
(-) Provisão para perdas	(14.524)	(9.217)	(14.524)
	110.254	91.260	110.436

O valor da baixa de estoques reconhecida como despesa no exercício foi de R\$ 11.562, sendo R\$ 5.307 como provisão para perda e R\$ 6.255 como perda efetiva (R\$ 1.311 em 2012, sendo R\$ 1.286 como provisão para perda e R\$ 25 como perda efetiva).

8 Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	
Adiantamentos a fornecedores nacionais e estrangeiros	1.985	9.154	1.985
Adiantamento de férias "funcionários"	2.340	2.000	2.340
Outros adiantamentos	968	1.127	968
	5.203	12.281	5.203

9 Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	
Ativos			
Biobal Sanus Farmacêutica Ltda. (i)	11.876	11.876	11.876
Conta-corrente de acionista	1.008	1.436	1.008
Bthek Biocologia Ltda.	920	-	920
Outros	115	-	115
	13.919	13.312	12.999

(i) O montante de R\$11.876 é composto por R\$2.175 referente a saldos de contas a receber do cliente Biobal Sanus Farmacêutica Ltda. e em 2008, a Companhia efetuou levantamento de determinadas operações realizadas com a Biobal Sanus Farmacêutica Ltda., que resultou em crédito, no montante de R\$9.701, registrado em ativo não circulante "outros valores a receber" e tendido como contrapartida a rubrica "Outras receitas operacionais" no resultado do exercício.

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	
Passivo			
Mútuo			
Biobal Sanus Farmacêutica Ltda.	12.208	12.208	12.208
Robferma Participações Ltda.	7.457	-	7.457
	19.665	12.208	19.665

As rubricas de "conta corrente de acionistas" (ativo) e "mútuo Biobal Sanus Farmacêutica Ltda." (passivo) são apresentadas por seus valores nominais, sendo que para estas operações não há previsão de atualização ou mesmo data de vencimento. A rubrica "mútuo Robferma Participações Ltda." (passivo) está apresentada em seu valor nominal acrescido de correção monetária 102% do CDI. **Remuneração do pessoal-chave da Administração:** O pessoal-chave da Administração inclui o presidente e os diretores, sendo a remuneração paga e/ou a pagar demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	
Salários e encargos	5.041	4.904	5.041
Honorários da diretoria	1.140	1.140	1.140
	6.181	6.044	6.181

	Terrenos		Edificações e benfeitorias		Máquinas e instalações		Móveis e utensílios		Veículos e outros		Total em operação	Adiantamento a Fornecedor	Obras em andamento	Total
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012				
Saldo em 31/12/2011	6.733	87.832	59.366	5.169	2.430	10.979	167.340	-	6.877	174.217	-	941	22.338	
Aquisição	-	-	293	-	(737)	(14)	(362)	(1.113)	-	-	-	-	-	(1.113)
Alienação	-	-	-	-	2.491	26	-	6.447	-	-	-	-	-	(6.878)
Transferência	-	-	-	-	726	12	178	916	-	-	-	-	-	916
Baixa depreciação	-	-	-	-	(1.894)	(4.972)	(245)	(3.138)	(10.249)	-	-	-	-	(10.249)
Depreciação	-	-	-	-	6.733	90.161	62.043	2.770	23.031	184.738	-	-	-	941
Saldos em 31/12/2012	6.733	87.832	59.366	5.169	2.430	10.979	167.340	-	6.877	174.217	-	941	22.338	
Custo total	6.733	103.168	99.442	5.007	30.125	244.475	-	941	185.679	-	-	941	245.416	
Depreciação acumulada	-	(13.007)	(37.399)	-	(7.094)	(59.737)	-	-	(69.737)	-	-	-	-	(69.737)
Aquisição	1.869	-	-	-	1.869	-	-	-	12.699	5.671	-	-	-	44.179
Alienação	-	-	-	-	(162)	(4)	(1.843)	(2.009)	-	-	-	-	-	(2.009)
Transferência	-	-	-	-	518	199	418	1.725	-	-	-	-	-	(1.725)
Baixa depreciação	-	-	-	-	221	4	1.135	1.360	-	-	-	-	-	1.360
Depreciação	-	-	-	-	(1.939)	(4.330)	(245)	(5.749)	(12.262)	-	-	-	-	(12.262)
Saldos em 31/12/2013	8.602	88.812	69.225	3.050	29.585	199.273	-	12.699	4.887	216.860	-	4.887	216.860	
Custo total	8.602	103.758	110.733	5.528	41.293	269.913	-	12.699	4.887	287.500	-	4.887	287.500	
Depreciação acumulada	-	(14.946)	(41.508)	-	(2.478)	(11.709)	-	-	-	(70.639)	-	-	-	(70.639)
Taxa depreciação anual	-	-	1,67% a 4%	-	5% a 6,67%	10%	6,67% a 20%	-	-	-	-	-	-	-

13 Intangível

	Marcas e patentes (i)		Ágio (ii)		Software (iii)		Amortização (iv)		Saldo líquido	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Descrição										
Saldo em 31/12/2011	36.508	11.257	4.246	48.960	-	-	-	-	42.264	48.960
Adição	-	-	541	78	-	-	-	-	619	78
Saldo em 31/12/2012	36.508	11.257								

... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

(notas explicativas nºs 16.a e 21.4), ou quando da liquidação antecipada da dívida mediante participação em leilão. O saldo de receita diferida em 31/12/2013 representa o montante de R\$1.036 (R\$3.480 em 2012). A Companhia participou do leilão em janeiro de 2013 para liquidação do ICMS Pro-DF, sendo que o valor do desembolso foi de R\$3.372 para liquidação de débitos no montante de R\$7.272, compreendendo o período de agosto de 2002 a setembro de 2010. O diferimento da receita ocorrerá em 25 anos, tendo como data limite abril de 2032.

19 Imposto de renda e contribuição social

19.1. Reconciliação de despesa com imposto de renda e contribuição social – A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora 2013		Controladora 2012	
	de renda	Contribuição social	de renda	Contribuição social
Lucro antes do IRPJ e da contribuição social	55.551	55.551	45.372	45.372
Alíquota nominal combinada dos tributos – %	25	9	25	9
IRPJ e contribuição social	(13.888)	(5.000)	(11.343)	(4.083)
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	(465)	(167)	(131)	(47)
Inovação tecnológica	3.602	1.159	1.122	404
Doações e brindes	(589)	(212)	(435)	(157)
Ajustes de RTT	1.052	379	1.096	394
Base negativa CSLL	–	853	–	1.017
Outros	(1.335)	(490)	297	99
Despesa de IRPJ e contribuição social no resultado	11.223	(3.478)	(9.394)	(2.373)
Deduções (Pat/Rouanet/Fumcad)	611	–	481	–
Impostos diferidos	(11.012)	(3.478)	(8.913)	(2.373)
Despesa corrente/diferido	1.656	(107)	957	(3.314)
	(9.356)	(3.585)	(7.956)	(5.687)

O imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 anuais para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real anual. O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. O ajuste denominado "Outros" utilizado para cálculo pela alíquota efetiva refere-se, basicamente, à constituição e reversão de provisões. Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (N 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e N 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014. **19.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** No ano de 2013 a Companhia fez uso do saldo da base negativa da contribuição social e atualizou as diferenças não dedutíveis ou tributáveis temporariamente na apuração do lucro tributável de imposto de renda e contribuição social. Os saldos estão assim compostos:

	Controladora 2013		Controladora 2012	
Bases de cálculo negativa da contribuição social	–	702	–	702
Despesas não dedutíveis temporariamente	13.099	9.724	13.099	9.724
Arrendamento mercantil	(3.165)	(3.290)	(8.356)	(5.999)
Depreciação – Efeitos da revisão da nova vida útil	(9.310)	(9.677)	(24.576)	(17.643)
Varição cambial	1.921	724	–	–
A composição do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) diferido ativo e passivo é a seguinte:				

	Controladora 2013		Controladora 2012	
Bases de cálculo negativa da contribuição social	–	702	–	702
Despesas não dedutíveis temporariamente	13.099	9.724	13.099	9.724
Arrendamento mercantil	(3.165)	(3.290)	(8.356)	(5.999)
Depreciação – Efeitos da revisão da nova vida útil	(9.310)	(9.677)	(24.576)	(17.643)
Varição cambial	1.921	724	–	–
Ativo não circulante	2.231	681	–	–

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferida é a seguinte:
Saldo em 31 de dezembro de 2011: 3.038
Realização do ativo e complemento do exercício: (2.357)
Saldo em 31 de dezembro de 2012: 681
Realização do ativo e complemento do exercício: 1.549
Saldo em 31 de dezembro de 2013: 2.231

20 Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões de natureza tributária, previdenciária, reclamações trabalhistas e processos civis. As provisões para demandas judiciais são determinadas com base em análise de ações em curso, atuações e avaliações de risco onde os prognósticos de perda são considerados prováveis pela Administração e pelos consultores jurídicos.

	Depósitos Judiciais		Provisão para demandas judiciais	
	Controladora 2013	Controladora 2012	Controladora 2013	Controladora 2012
Contingências tributárias	4.018	3.482	4.018	3.422
Contingências trabalhistas e previdenciárias	1.566	602	1.566	4.851
Reclamações civis	767	1.000	767	1.296
	6.351	5.084	6.351	9.567

Saldo em 31 de dezembro de 2011
Adições: 714
Baixa por perdas: (363)
Baixa por reversão: (5.522)
Atualizações: 2.454
Saldo em 31 de dezembro de 2012: 7.923
Adições: 1.208
Baixa por perdas: (266)
Baixa por reversão: (976)
Atualizações: 1.678
Saldo em 31 de dezembro de 2013: 9.567

A natureza das demandas judiciais e obrigações pode ser resumida como segue: Tributárias – Referem-se a demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade ou a constitucionalidade de alguns impostos, taxas e contribuições, como também a distintas interpretações sobre a forma de apuração de determinados

tributos. Destacam-se os processos de cobrança de ICMS pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, Minas Gerais e São Paulo e a defesa aos autos de infração relativos à cobrança de IPI, PIS e COFINS sobre arrendamento mercantil para aquisição de aeronave. Trabalhistas e previdenciárias – Consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre demissões. Ações civis – As principais ações estão relacionadas a reclamações relativas a resultados obtidos na utilização de medicamentos fabricados pela Companhia. Perdas possíveis, não provisionadas nas demonstrações financeiras: A Companhia tem ações de natureza tributária, civil e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pelos assessores jurídicos da Companhia como possíveis, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$61.009 (R\$55.395 em 2012). Outras informações: Existem ações judiciais e extrajudiciais, movidas por acionistas minoritários contra a Companhia e seu acionista majoritário, questionando, entre outras, determinadas deliberações aprovadas em Assembleias Gerais Extraordinárias (aumento de capital social), solicitando a exibição de diversos documentos, requerendo a incidência de encargos financeiros sobre os juros sobre o capital próprio a pagar, do momento da destinação até a sua distribuição. Os consultores jurídicos que estão acompanhando as referidas ações indicam como possível as chances de perda nessas questões.

21 Patrimônio líquido

21.1. Capital social: Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social integralizado era de R\$198.288, representado por 197.592.163 ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuídas:

	Ações	%
Acionista	97.307.551	49,246665%
Robferma Administração e Participações Ltda.	30.911.405	15,640444%
Proparts Investimentos e Participações Ltda.	31.148.090	15,763829%
Prova Participações Ltda.	22.487.195	11,380611%
MJP Adm. Participações S/S Ltda.	7.868.961	3,982426%
Cleita de Castro Marques	7.868.961	3,982426%
Cleide Marques Pinto	197.592.163	100,00%

21.2. Adiantamento para futuro aumento de capital: O saldo de R\$9.849 em 31 de dezembro de 2012, refere-se aos aportes realizados pelo acionista Robferma Administração e Participações Ltda. em dezembro de 2011 no montante de R\$8.872 e pela retenção de dividendos no valor de R\$977 para futura integralização. Devido aos processos judiciais que impedem o efetivo aumento de capital o acionista Robferma Administrações e Participações Ltda. optou, na data de 10 de dezembro de 2013, por converter o montante aportado para AFAC em mútuo por prazo indeterminado, cujo efeito contábil foi a reclassificação para o passivo não circulante. **21.3. Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, deduzida da parcela de subvenção governamental e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. O cálculo da reserva legal está apresentado a seguir:

	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013
Lucro líquido do exercício	42.610	31.729	42.610
(-) Reserva de subvenção	(1.988)	(209)	(1.988)
Base para reserva legal	40.622	31.520	40.622
Reserva legal (5%)	(2.031)	(1.576)	(2.031)

21.4. Reserva Incentivos fiscais: A Companhia goza de benefícios fiscais do ICMS, os quais foram concedidos em processo administrativo-tributário, respaldados por lei/decreto junto ao Governo do Distrito Federal (Pro-DF), mediante assinatura de "Contrato" com o Banco Regional de Brasília (BRB), o qual atua como agente "financiar". A movimentação está apresentada na publicação da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. **21.5. Dividendos mínimos obrigatórios:** De acordo com o estatuto social, 6% do lucro líquido ajustado como previsto na legislação societária brasileira são destinados para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de que trata o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. O cálculo dos dividendos propostos está apresentado a seguir:

	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013
Lucro líquido do exercício	42.610	31.729	42.610
(-) Reserva de subvenção	(1.988)	(209)	(1.988)
Base para reserva legal	40.622	31.520	40.622
Reserva legal (5%)	(2.031)	(1.576)	(2.031)
Base de cálculos dos dividendos	38.591	29.944	38.591
Dividendos propostos (6%)	(2.315)	(1.797)	(2.315)

21.6. Lucros por ação: O cálculo básico do resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O resultado básico por ação equivale ao resultado por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial diluivo.

22 Receita operacional líquida

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos são transferidos ao comprador, que geralmente ocorre na sua entrega.

	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013
Vendas brutas de produtos e serviços	701.751	571.438	702.041
(-) Impostos sobre vendas/devoluções	(121.292)	(103.583)	(121.325)
	580.459	467.855	580.716

23 Despesas por natureza

	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	153.564	111.582	153.563
Comissões sobre vendas	22.553	22.028	22.553
Salários e benefícios a empregados	136.101	107.036	136.370
Encargos previdenciários	19.597	32.297	19.680
Depreciação e amortização	12.704	10.685	12.722
Despesas com transporte	16.984	9.310	16.984
Gastos com publicidade	15.599	10.225	15.614
Pesquisa e desenvolvimento	8.933	6.810	8.933
Despesas com arrendamento operacional	1.523	1.303	1.523
Serviços prestados	35.127	29.173	35.143
Despesas com veículos	8.096	8.841	8.096
Despesas com água e energia elétrica	5.968	5.212	6.009
Impostos e taxas	8.245	4.746	8.261
Aluguéis	3.073	2.652	3.073
Manutenção	7.173	5.484	7.175
Comunicações	3.402	3.357	3.402
Amostragem grátis	14.432	10.450	14.432
Honorários administração	1.140	1.140	1.140
Multas	756	755	756
Seguros	1.829	1.386	1.829
Brindes e doações	3.484	3.108	3.484
Viagens e hospedagem	12.201	8.326	12.201
Feiras e congressos	6.919	6.813	6.919
Provisão para perdas de crédito de realização duvidosa	2.970	736	2.970
Provisão para impairment de ativos	2.099	–	2.099
Outras despesas	1.807	4.208	1.807
	506.279	407.643	506.768
Custos dos produtos vendidos	255.187	204.803	255.429
Despesas com vendas gerais e administrativas	251.092	202.840	251.339
	506.279	407.643	506.768

24 Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013
Recuperação de despesas	1.796	2.357	1.796
Vendas de bens do ativo imobilizado	491	538	491
Valor residual do ativo imobilizado baixado	(288)	(115)	(288)
Receita de incentivos fiscais	1.968	209	1.968
Varição monetária – contingências	356	1.536	356
Outras, líquidas	53	199	(314)
	4.396	4.724	4.029

25 Resultado financeiro, líquido

	Controladora 2013	Controladora 2012	Consolidado 2013
Rendimentos de aplicações financeiras	2.073	2.765	2.074
Varição cambial ativa	2.294	831	2.294
Juros ativos, descontos e outras receitas	1.331	1.484	1.331
Receita financeira	5.698	5.080	5.699
Varição monetária e juros passivos sobre financiamentos	(9.410)	(8.308)	(9.410)
Juros s/Debentures	(9.293)	(10.217)	(9.293)
Descontos	(1.204)	(1.158)	(1.204)
Despesas bancárias e IOF	(1.021)	(661)	(1.037)
Varição cambial passiva	(5.026)	(2.654)	(5.026)
Juros sobre parcelamento de ICMS	(910)	(1.121)	(910)
Despesas financeiras	(26.864)	(24.119)	(26.880)
	(21.166)	(19.039)	(21.181)

26 Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2013, estavam contratadas pelos montantes a seguir indicados, conforme aplicações de seguros e atendem à avaliação de riscos da administração:

Ramos	Cobertura
Riscos operacionais, incluindo incêndio de estoques e bens do imobilizado	RS 196
Transporte terrestre	RS 811
Aeronave	USD 12.070
Veículos e responsabilidade facultativa	Valor mercador

27 Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes, contas a receber, empréstimos e financiamentos e fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em prazos não superiores há 12 meses. Considerando o prazo e as características destes instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos: • Caixa e equivalentes de caixa: os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis; • Títulos e valores mobiliários: incluem aplicações financeiras, registradas pelo valor de aquisição ou emissão, com valores de mercado idênticos aos saldos contábeis; • Contas a receber: as contas a receber de clientes são deduzidas de provisão para créditos de liquidação duvidosa; • Empréstimos e financiamentos: valores contratados para aquisição de ativo imobilizado e capital de giro atualizados com juros transcorridos no exercício; • Fornecedoros: os valores contratados para as obrigações com fornecedores decorrentes, em sua maioria, da aquisição de insumo para produção. • Operações com instrumentos derivativos e atividade de hedge: A Companhia não efetuou ou mantém aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos e não possui quaisquer operações de "swap" ou similares. Em 31 de dezembro de 2013, não existiam saldos ativos ou passivos protegidos por instrumentos derivativos.

28 Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

O passivo financeiro da Companhia está atrelado majoritariamente à variação do CDI, representado por 56,3% do volume do passivo financeiro consolidado em 2013. Além disso, um total de 24,5% do volume do endividamento bancário está atrelada às taxas de juros pré-fixadas; 7,9% vinculados a contratos com variação cambial; 6,1% contratados com variação pelo IPCA e 5,0% restantes atualizados por outros indexadores de correção monetária (tais como TJP e INPC). Os CPC's 38, 39 e 40, dispõem sobre a apresentação de informações sobre instrumentos financeiros, em nota explicativa específica, e sobre a divulgação do quadro demonstrativo de análise de sensibilidade. Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 31 de dezembro de 2013, foram estimados 3 cenários distintos, considerando o volume de financiamento total. Com base nestes montantes consolidados em 31 de dezembro de 2013, definimos o Cenário Provável para os 12 meses de 2014 (Cenário I). À partir do Cenário I (Provável), simulamos acréscimo de 15% (Cenário II) e 25% (Cenário III) sobre as projeções dos índices de correção de cada contrato. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos bem como o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2014. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2013, projetando os índices de correção de cada contrato para os próximos 12 meses e avaliando a sensibilidade destes em cada cenário.

Risco	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Varição Cambial:	12.559	12.559	12.559
Taxa sujeita à variação	43,17%	64,64%	78,96%
Despesa Financeira Projetada	5.421	8.118	9.916
Varição – RS	–	2.697	4.495
CDI:	89.358	89.358	89.358
Taxa sujeita à variação	13,62%	16,46%	18,07%
Despesa Financeira Projetada	12.168	14.709	16.146
Varição – RS	–	2.542	3.978
IPCA:	9.786	9.786	9.786
Taxa sujeita à variação	6,57%	7,17%	7,80%
Despesa Financeira Projetada	643	702	753
Varição – RS	–	59	120
Pré-fixado:	38.876	38.876	38.876
Taxa sujeita à variação	8,62%	8,62%	8,62%
Despesa Financeira Projetada	3.350	3.350	3.350
Varição – RS	–	–	–
Outros – (taxas médias):	7.957	7.957	7.957
Taxa sujeita à variação	5,41%	6,22%	6,76%
Despesa Financeira Projetada	430	494	538
Varição – RS	–	64	107
Total Endividamento Bancário	159.136	159.136	159.136